

Ato Constitutivo - Associação Cultural Quintal das Artes

PR. ADM. Nº

016/22

Nº 97



Cópia do Livro de Ata da ASSOCIAÇÃO CULTURAL "QUINTAL DAS ARTES" páginas 1 a 7 – verso. Ata de reunião de Posse da Associação Cultural Quintal das Artes para aprovação de seu Estatuto e Eleição de sua diretoria. Aos vinte dias (20) do mês de Fevereiro de 2005, às 16:30 h. na sede temporária da Associação Cultural "Quintal das Artes", sito à Rua Cel. José Vilella, nº 121, fundos, reuniu-se os membros fundadores da referida Associação, representado pela sua totalidade bem como por outros convidados, com a finalidade de aprovar o Estatuto da Associação Cultural "Quintal das Artes", e a Eleição de sua primeira Diretoria e dos Conselhos Fiscal e Administrativo. Fez uso da palavra os idealizadores e organizadores da Associação Cultural "Quintal das Artes", primeiro agradecendo à presença dos convidados e a seguir expondo as finalidades e os objetivos da Associação Cultural, sua importância para o desenvolvimento de ações culturais em nosso município e região, da organização de suas ações, bem como de capitalizar recursos financeiros para a realização de suas ações. Em seguida foi lido e colocada à apreciação dos presentes o Estatuto da Associação Cultural "Quintal das Artes" que tem a seguinte redação: CAPÍTULO I - Da Denominação, Sede, Duração, Finalidade e Exercício Social. Art. 1º - Sob a denominação de ASSOCIAÇÃO CULTURAL "QUINTAL DAS ARTES" fica instituída uma Associação Cultural, sem fins lucrativos, com endereço neste Município e Comarca de Tambaú, Estado de São Paulo, a qual se regerá pelo presente Estatuto e pela Legislação em vigor. Parágrafo Único - A presente Associação será ainda regida pelos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência. Art. 2º - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL "QUINTAL DAS ARTES" tem por fim promover atividades culturais, tais como apresentações teatrais; musicais, de dança, exposições de artes plásticas, eventos literários, dentre outras; bem como promover o ensino e o treinamento de crianças, adolescentes, jovens e adultos nas citadas áreas, com ênfase nas artes cênicas. Parágrafo único - A ASSOCIAÇÃO CULTURAL "QUINTAL DAS ARTES" instituição composta por pessoas com e sem necessidades especiais, ainda tem por finalidade: a) desenvolver parcerias com os Poderes Públicos e com particulares, no sentido de promover todas as formas de expressão cultural, já expostas no caput desse artigo; b) difundir a arte como meio de integração social; c) desenvolver a auto-estima em crianças, adolescentes e adultos, propiciando ao indivíduo uma melhor qualidade de

REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA
COMARCA DE TAMBÁU - SP
PROTOCOLADO SOB Nº 000397 E REGISTRADO SOB Nº 000349 NO DIÁRIO Nº 000722 EM 02/03/2005

Marco Antônio Salim Ferreira

Official Designado
RG. 9.033.343 - SSP/SP
CPF 055.686.918-43

Registro Civil das Pessoas Jurídicas
Comarca de Tambaú (SP)

Tel. (016) 8070-4712

Marco Antônio Salim Ferreira - Oficial Designado
Alderson Antonio Vianeti - Oficial Substituto

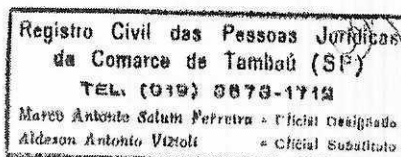


vida. Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades a ASSOCIAÇÃO CULTURAL "QUINTAL DAS ARTES" não fará qualquer distinção quanto a sexo, cor, raça, condição social e credo político ou religioso. Art. 4º - Fundada nesta data, terá duração por prazo indeterminado. Parágrafo único - O exercício social compreenderá o período de primeiro de janeiro a trinta e um de dezembro de cada ano. Art. 5º - A fim de cumprir suas finalidades, a instituição se organizará em quantas unidades de prestação de serviço se fizerem necessárias, bem como, utilizar-se-á de todos os meios lícitos a fim de arrecadar fundos para sua auto-sustentação e realização de seus propósitos. CAPÍTULO II - Dos Associados. Art. 6º - Tendo um número ilimitado de associados, pessoas físicas ou pessoas jurídicas, serão assim considerados todos aqueles que, sem impedimentos legais, forem admitidos como tais pela Diretoria da Associação e que se mantenham fiéis a este Estatuto, às deliberações das Assembléias e à legislação em vigor. Art. 7º - Haverá as seguintes categorias de sócios: a) Fundadores - os que instituíram a Associação; B) Contribuintes - os que contribuem regular e mensalmente com a entidade; c) Beneméritos - pessoas físicas ou jurídicas que prestaram relevantes serviços a seus assistidos e a entidade, com auxílio financeiro, seja com verbas municipais, estaduais ou federais, organismos públicos ou privados. Referido título, proposto pela Diretoria, dependerá de aprovação em Assembléia Geral Extraordinária, após o que será proclamado em sessão solene. § 1º - A qualidade de associado é intransmissível. § 2º - Se o associado for titular de quota ou fração ideal do patrimônio da associação, a transferência daquela não importará, *de per si*, na atribuição da qualidade de associado ao adquirente ou ao herdeiro. Art. 8º - São direitos dos associados: I - votar e ser votado para os cargos eletivos, exceção feita aos funcionários da Associação; II - tomar parte nas Assembléias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados, exceção feita ao art. 26, parágrafo único, do presente estatuto; III - sugerir ao Conselho Administrativo por escrito, medidas ou providências que aspirem o aperfeiçoamento operativo da Associação; IV - denunciar qualquer resolução que fira as normas estatutárias; V - convocar Assembléia Geral Extraordinária, mediante requerimento de 2/3 (dois terços) de assinaturas dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais, com antecedência mínima de 10(dez) dias, mencionando o assunto e os motivos da convocação. Art. 9º - São deveres dos associados: I - respeitas as disposições legais e estatutárias; II - acatar as determinações do conselho de administração e as deliberações da Assembléia Ge-

Registro Civil das Pessoas Jurídicas
da Comarca de Tambaú (SP)
TEL. (019) 3678-1712
Mureo Antônio Salim Ferreira - Oficial Designado
Aldeson Antonio Vizotto - Oficial Substituto



ral; III - zelar pelo decoro e o bom nome da Associação; IV - aceitar e desempenhar, sem qualquer interesse pessoal, o cargo para o qual for eleito; V - contribuir mensalmente com a quantia a que tiver se comprometido. Art. 10 - Os associados não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Associação. Art. 11 - O associado cujo procedimento se mostrar inconveniente, deixar de cumprir os deveres determinados pelo artigo 9 ou, ainda, havendo justa causa, nos moldes da lei civil, depois de devidamente notificado extrajudicialmente, poderá ser penalizado pelo Conselho de Administração com a exclusão do quadro associativo. § 1º - Cópia da decisão será encaminhada ao associado excluído, através de carta registrada com aviso de recebimento, no prazo máximo de 30 (trinta) dias. § 2º - O associado poderá, dentro do prazo de 10(dez) dias, a contra da data constante no aviso de recebimento, interpor recurso à Assembléia Geral Extraordinária. Art. 12 - A exclusão do sócio dar-se-á ainda: I - por motivo de morte; II - por dissolução da associação; III - por incapacidade civil declarada judicialmente. Art. 13 - Os associados excluídos do quadro da Associação não terão qualquer direito a remuneração ou honorários pelos serviços prestados. CAPÍTULO III - Da Diretoria e Dos Conselhos Administrativo e Fiscal Art. 14 - A Associação será administrada por uma Diretoria, composta de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, todos integrantes do Conselho de Administração, cujas competências e eleição vêm elencadas nos arts. 15 e seguintes do presente estatuto. Art. 15 - O Conselho de Administração será composto por 4(quatro) membros efetivos e 4(quatro) suplentes, sendo todos associados, os quais serão eleitos em Assembléia Geral para um mandato de 2(dois) anos, permitida a reeleição. § 1º - A eleição do Conselho de Administração deverá ser feita por chapa, devendo cada chapa ser composta, necessariamente, por 2/3 (dois terços) de associados pertencentes às categorias de Fundadores ou Contribuintes. § 2º - Na hipótese de não haver associados suficientes nas categorias discriminadas no parágrafo antecedente para compor a chapa que concorrerá ao Conselho de Administração, poderá ela ser formada independentemente da fração prevista. § 3º - Não podem compor o Conselho de Administração parentes entre si, até o segundo grau, em linha reta ou colateral. Art. 16 - Compete ao Conselho de Administração: I - supervisionar o cumprimento do estatuto, do regimento interno e das decisões da Assembléia Geral; II - zelar pela preservação do acervo da associação; III - reunir-se por convocação do Presidente, do Conselho Fiscal ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos



associados para deliberar sobre assuntos de interesse da associação; V - apresentar na Assembléia Geral o relatório anual de atividades e desempenho; VI - apresentar balancetes periódicos sobre receitas e despesas da associação nas Assembléias Gerais; VI - entrosar-se com instituições públicas ou privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum; VII - apresentar na Assembléia Geral Ordinária as contas e o balanço anual. Art. 17 - O Conselho de Administração elegerá dentre seus membros, o Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro, compondo-se, assim, a Diretoria Administrativa, órgão executor e administrador da associação, cujas atribuições estão definidas neste estatuto. Art. 18 - Compete ao Presidente: I - cumprir e fazer cumprir o presente estatuto; II - representar a associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; III - convocar e presidir as reuniões da diretoria e das Assembléias Gerais, com voto de desempate; IV - nomear, delegar e montar a estrutura organizacional executiva para administrar a associação. Art. 19 - Compete ao Vice-Presidente: I - auxiliar o Presidente; II - substituí-lo em sua falta ou impedimento. Art. 20 - Compete ao Secretário: I - secretariar as reuniões e Assembléias; II - redigir e subscrever as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias; III - elaborar os relatórios das atividades em conjunto com os demais membros da Diretoria; IV - ler, responder, redigir e encaminhar as correspondências da Associação; V - zelar por toda documentação da Associação. Art. 21 - Compete ao Tesoureiro: I - fiscalizar as atividades administrativas e financeiras da Associação, quais sejam: arrecadar e contabilizar as contribuições de associados, rendas de qualquer tipo, donativos materiais ou em espécie; manter em perfeita ordem a escrituração da Associação; visar as autorizações de despesas feitas pelo Presidente, passar recibos e dar quitações, sempre em conjunto com o Presidente; elaborar relatórios das receitas e despesas e os balanços anuais, a fim de submetê-los à aprovação nas Assembléias Gerais; manter todo o numerário arrecadado em estabelecimento oficial de crédito; organizar e manter o cadastro de eventuais bens que venham a compor o patrimônio da Associação. Art. 23 - O Conselho Fiscal, órgão fiscalizador da gestão financeira da Diretoria, será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, sendo todos associados, os quais serão eleitos em Assembléia Geral Ordinária para um mandato coincidente com o do Conselho de Administração, sendo permitida a reeleição. Parágrafo único - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente até o término do mandato. Art. 24 - Compete ao



PROC. ADM. Nº

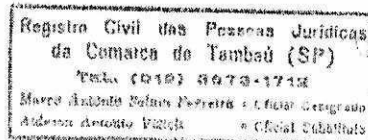
016/22

FOLHA Nº 100

Registro Civil das Pessoas Jurídicas
da Comarca de Tamboré (SR)
TEL. (019) 8678-1712
Marco Antônio Rolim Ferreira - Oficial Designado
Aldemir Antônio Vilela - Oficial Substituto



Conselho Fiscal: I - examinar os livros contábeis e demais documentos relativos à escrituração da Associação; II - examinar os balancetes periódicos apresentados pelo Conselho de Administração; III - apresentar parecer sobre as contas e sobre o balanço patrimonial do exercício social para o qual tenham sido eleitos, sugerindo as medidas necessárias. IV - Emitir pareceres para os organismos superiores da entidade. Art. 25 - O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada semestre e, extraordinariamente, sempre que necessário. Parágrafo único - As contas da Diretoria, cujo mandato se encerra, serão objeto de parecer do Conselho Fiscal eleito para a mesma gestão, ainda que isso ocorra no primeiro trimestre do exercício social seguinte. CAPÍTULO IV - Das Assembléias. Art. 26 - A Assembléia Geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, sendo vedada qualquer forma de representação. Parágrafo único - Os ocupantes de cargos sociais não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram de maneira direta ou indireta, mas não ficarão privados de participarem dos respectivos debates. Art. 27 - A Assembléia Geral Ordinária realizar-se-á uma vez por ano, até o terceiro mês após o término no exercício social, sendo convocada pelo Presidente da Diretoria para: I - apreciar o relatório anual do Conselho de Administração; II - discutir e homologar as contas e o balanço patrimonial aprovados pelo Conselho Fiscal e o destino de eventual superávit; III - eleger os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal a cada dois anos. IV - eleger e destituir os administradores. V - alterar o Estatuto. Art. 28 - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á em qualquer época, quando convocada: I - pelo Presidente; II - pelo Conselho de Administração; III - a requerimento dos associados, conforme disposto no art. 8º, V, deste estatuto. Art. 29 - A Assembléia Geral Extraordinária reunir-se-á para decidir sobre: I - reforma do Estatuto; II - destituição de membros dos Conselhos Administrativo e Fiscal; III - a conveniência de aquisição, alienação ou efetivação de hipotecas ou permutas de bens patrimoniais; IV - a dissolução da associação e nomeação de seu liquidante; V - quaisquer outros assuntos que não sejam de competência da Assembléia Geral Ordinária. Art. 30 - A convocação das Assembléias será feita pessoalmente aos sócios, com antecedência mínima de 5(cinco) dias, contendo a pauta e o horário da Assembléia. § 1º - Qualquer assembléia instalar-se-á com a maioria absoluta dos associados, e em segunda convocação, após 30 (trinta) minutos, com qualquer número de associados e as decisões serão tomadas



PROCESS. ADM. Nº
016/22
FOLHA Nº 102



por 2/3 dos associados presentes. § 2º - Para deliberar acerca da alteração do Estatuto ou destituição dos administradores será exigido o voto concorde de 2/3 dos membros presentes à assembléia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) na convocação seguinte. Art. 31 - As sessões serão presididas pelo Presidente da Diretoria e pelo 1º Secretário e deverão ser registradas em livro próprio com a rubrica do Presidente. Parágrafo único - Quando necessário, uma cópia da ata será encaminhada ao cartório de Registro de Pessoas Jurídicas para ser arquivada, devendo a mesma ser assinada pelo Presidente e pelo 1º Secretário, sendo essa providência mera faculdade. CAPÍTULO V - Do Patrimônio Art. 32 - O patrimônio da Associação será constituído de: I - bens móveis ou imóveis que possua ou venha a possuir por compra, doação, legado, donativos ou auxílios oficiais; II - por tudo que estiver em seu nome ou lhe for destinado, bem como, o que for auferido por suas atividades; III - quaisquer outros valores adventícios. Parágrafo Primeiro - Até a presente data a Associação não possui nenhum bem imóvel. Parágrafo Segundo - A Associação não constitui patrimônio exclusivo de um grupo determinado de indivíduos, famílias, entidades de classe, sem caráter beneficente e ou de assistência social. CAPÍTULO VI - Dissolução e Liquidação Art. 33 - A Associação será extinta quando assim deliberar Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, com a presença de 2/3 (dois terços) de seus associados em pleno gozo de seus direitos estatutários. § 1º - Quando da liquidação, a Assembléia Geral Extraordinária nomeará o seu liquidante. Art. 34 - Em caso de dissolução, os bens remanescentes serão destinados a entidades ou grupos congêneres que privilegiem o desenvolvimento humano através da cultura. CAPÍTULO VII - Disposições Gerais Art. 35 - A Associação não remunerará e nem concederá vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título a seus associados, conselheiros, benfeitores e diretores eleitos. Para tanto adotará práticas de gestão administrativa necessárias e suficientes a coibir a obtenção de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório. Parágrafo Único - As prestações de contas da entidade observarão dentre outras coisas os princípios fundamentais de contabilidade e das normas brasileiras de contabilidade; a publicidade no encerramento do exercício fiscal, auditorias; bem como a prestação de contas de recursos e bens de origem pública porventura recebidas. Art.

Registro Civil das Pessoas Jurídicas
da Comarca de Tambaú (SP)
TEL. (019) 3673-1712
Marco Antônio Sabum Ferreira - Oficial Designado
Aldeson Antonio Vizieli - Oficial Substituto

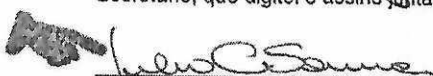


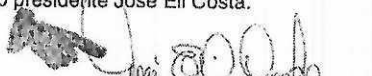
PROC. ADM. Nº

016/22

LA Nº 103

36 - A Associação não distribuirá resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto. Art. 37 - A associação tendo domicílio nesta Comarca de Tambaú, estabelece que nesta responderá por eventuais litígios judiciais. Art. 38 - Eventual regimento interno deverá ser apreciado pelo Conselho de Administração. Art. 39 - Ressalvadas as disposições legais vigentes, os casos omissos do presente Estatuto serão resolvidos pelo Conselho de Administração. Após a leitura do estatuto, foi aberta a plenária para apreciação dos presentes e colocado à votação. Foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi realizada a escolha da primeira diretoria da Associação Cultural Quintal das Artes, sendo a forma escolhida foi a aclamação direta e fizeram-se presentes à escolha: Priscila Alves da Silva, Sérgio Fabrício Fagundes, José Ono Júnior, Paulo Rogério Bolognesi Rocco, Júlio César Someira, José Eli Costa, Paulo Rogério Ribeiro e Daniel Gonçalves. Por aclamação a atual diretoria ficou assim constituída Presidente: José Eli Costa - RG: 8.774.723, CIC 042.307.128-98, residente à Rua Campos Salles, nº 500, Vice Presidente: José Ono Júnior - RG: 40.399.883-9, CIC 343.218.318-65, residente à Rua Rui Barbosa, nº 761, Secretário: Júlio César Someira - RG: 22.365.812-1, CIC 191.729.438-74, residente à Rua José Custódio Dias, 168, Tesoureiro: Sérgio Fabrício Fagundes - RG: 32.538.559-2, CIC 277.735.108-22, residente à Rua Guerino Martinelli, 1.102. Isto posto foi aclamada a Diretoria da Associação Cultural Quintal das Artes e nada mais havendo na pauta, deu-se por encerrada a reunião, com os agradecimentos da diretoria eleita e assinada por mim, Júlio César Someira - Secretário. (AA) José Eli Costa, José Ono Júnior, Júlio César Someira, Sérgio Fabrício Fagundes, Priscila Alves da Silva, Paulo Rogério Bolognesi Rocco, Paulo Rogério Ribeiro e Daniel Gonçalves. Nada mais, esta ata foi extraída do livro nº 1 de atas e assembleias da Associação Cultural "Quintal das Artes", às folhas 1 a 7-verso. Tambaú, 20 de Fevereiro de 2005. Eu Júlio César Someira (Júlio César Someira), Secretário, que digitei e assino juntamente o presidente José Eli Costa.


Júlio César Someira - Secretário


José Eli Costa - Presidente

